

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS CLASSES D e E

GT 1. Vulnerabilidade social: pobreza e desigualdade

Guilherme Eller Fidelis¹

Matheus Barros Santos²

Sérgio Louro Borges³

1. Introdução

Segundo dados do Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB,2019) 28,3% das famílias no Brasil sobrevivem com uma renda per capita de até R\$719,81. Além disso, segundo levantamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019), o Brasil se encontra na sétima colocação no ranking mundial de desigualdade de renda (Índice de Gini), perdendo apenas para 6 países africanos. Isso mostra o quão grave é a situação de muitas pessoas no Brasil e que é necessário ter um olhar especial para essa grande parcela da população. As classes D e E são as camadas mais vulneráveis da sociedade e vivem problemas que muitos nunca nem sonhariam ter. Exemplo disso são os dados do Instituto Trata Brasil que mostram que quase metade da população brasileira não possui sistema de esgotamento sanitário em suas residências, tendo assim que recorrer a meios alternativos para solucionar a questão do despejo dos dejetos, enquanto 35 milhões de brasileiros não possuem sequer acesso a água tratada. Para que possamos formular meios de auxiliar financeiramente esses indivíduos primeiro precisamos entender quem são essas pessoas: o IBGE define a classe E como sendo a que possui um rendimento familiar total de até dois salários mínimos, enquanto a classe D engloba as famílias que possuem renda de 2 a 4 salários mínimos.

Dentro da classe E podemos citar também o alto número de pessoas que se encontram em situação de miséria, que em 2019 já alcançava 13,5 milhões de habitantes que, ainda segundo o IBGE, sobrevivem com até R\$145 no mês inteiro. Somado a isso, os dados mostram também que grande parte dessa população, 78% mais precisamente, é formada de negros e pardos que possuem pouca ou nenhuma formação escolar. Isso acontece devido principalmente ao fato de que essas pessoas muitas vezes se veem num dilema entre prosseguir com a educação ou abandonar os estudos com o intuito de ajudar na subsistência do núcleo familiar fragilizado. Com isso, nota-se que a situação de moradia dessas pessoas segue um padrão absurdamente baixo, onde muitas não possuem eletricidade, cômodos separados, e até saneamento básico, como citado anteriormente.

¹ Discente do curso de Ciências Econômicas da UFJF-GV. E-mail: gui.fidelis.eller@hotmail.com

² Discente do curso de Ciências Econômicas da UFJF-GV. E-mail: barrosmatheus1@hotmail.com

³ Graduação em Economia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV, Mestre em Economia Aplicada – UFV/DER, Doutor em Administração – UFMG. Docente do curso de Ciências Econômicas da UFJF-GV. E-mail: sergio.borges@ufjf.edu.br

Já a classe D atualmente se encontra numa situação de ascensão no que diz respeito principalmente a consumo. Muitos empresários estão começando a voltar seus olhos para esse público cada vez mais em potencial no país e procuram a todo momento se adequarem para atenderem as necessidades do nicho. No entanto, com essa escalada no consumo, surge o problema do dispêndio estimulado pelo impulso, que é ainda mais presente nas classes mais baixas: “são as classes que mais consomem desta maneira” (SPC Brasil e CNDL, 2017). Dessa forma nota-se a urgência em promover a educação Financeira para essas pessoas no intuito de suprimir essa vulnerabilidade a qual elas estão inseridas.

Nesse texto falaremos mais exclusivamente sobre as classes D e E e também como a pandemia afetou essa população. Além disso, analisaremos suas limitações em relação à questão financeira e iremos propor algumas alternativas de controle das finanças e de incremento de renda voltado para esses indivíduos, tanto especificamente em tempos de Covid-19 quanto num contexto geral.

2. A pandemia e seus impactos nas classes D e E

Conforme levantamento feito pela GOOGLE (2020), cerca de 70% da população brasileira teve sua renda impactada devido a pandemia. O mesmo estudo destaca que 45% da população das classes D e E estão compartilhando a sua renda de alguma maneira com uma ou mais pessoas. Segundo DOMINGUES, CARDOSO e MAGALHÃES (março/2020), a renda de famílias pobres deve ser 20% mais afetada pelo Corona vírus do que a média da população. Em sua pesquisa os autores destacam que isso se deve principalmente à dependência da classe mais baixa da renda do trabalho e pelo fato delas estarem trabalhando em setores que sofreram um impacto maior pela crise.

Essa crise atingiu principalmente a população mais carente, a qual muitos tiveram seus empregos perdidos, e estão sobrevivendo somente com o auxílio emergencial fornecido pelo governo, atualmente cerca de R\$600,00.

É inegável que tais indivíduos se encontram numa situação ainda mais fragilizada do que antes da pandemia, e talvez um mau gerenciamento de suas finanças anteriormente à crise pode estar trazendo ainda mais problemas no presente em conjunto com a interrupção de seus ganhos e consequentemente sequelas futuras em suas situações financeiras.

Muitas vezes esses indivíduos dependem de forma acentuada dos programas de transferência de renda. Para muitos, 600 reais podem parecer um valor baixo, mas para outros pode ser o diferencial entre possuir uma renda de subsistência e a completa miséria. Assim, é inegável a importância do papel do governo para essas pessoas mais vulneráveis.

Outro fator importante é que, segundo pesquisa da empresa Plano CDE (2020), 70% da população de classe D e E não conseguem sobreviver mais de 1 mês com o dinheiro que tem guardado, reforçando ainda mais o quão tentador e problemático pode ser o ato de recorrer ao crédito de forma desenfreada.

Nas classes D e E, 51% perderam metade da renda ou mais na pandemia (Plano CDE)

Diante do cenário desafiador por conta da pandemia, o desemprego no Brasil não para de subir. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego no Brasil subiu para 12,9% no último trimestre com 7,8 milhões de postos de trabalho destituídos. Além disso, de acordo com a pesquisa, menos da metade da população em idade para trabalhar está ocupada, o que ressalta mais uma vez o quão grave esse período está sendo.

O auxílio emergencial, que foi instituído pela lei 13.982, de 2 de abril de 2020 propõe pagamentos mensais de R\$ 600 a trabalhadores de baixa renda, incluindo desempregados, trabalhadores informais e microempreendedores individuais.

A OMS sugeriu o isolamento social como forma de evitar a disseminação do Covid-19. Além disso, frisou que o uso de máscaras poderia reduzir (e muito) as chances de contágio pela nova doença, tornando-a quase um item básico nesse período de pandemia.

Ademais, deve-se lembrar que o país se encontra em um momento conturbado, onde apresentou três Ministros da Saúde em um dos piores momentos de sua história em termos de crises de saúde. Com um número de mortes ainda crescente, é difícil fazer uma previsão de quando as coisas irão voltar ao normal e mais complicado ainda dizer em que velocidade será essa “volta ao normal”.

3 – Políticas: Seus impactos e sugestões

Visando diminuir os impactos negativos que a pandemia resultou, o governo adotou uma série de políticas, solucionando algumas consequências do COVID-19. O auxílio emergencial foi uma dessas políticas, e uma das mais importantes, elaborado pelo governo. A lei 13.982, de 2 de abril de 2020, constata que trabalhadores de baixa renda, incluindo desempregados, trabalhadores informais ou microempreendedores individuais, tem direito a receber pagamentos mensais de R\$600,00. O principal efeito dessa política foi ter proporcionado uma melhora na situação das classes mais vulneráveis, que em plena pandemia, tiveram uma melhora no nível de pobreza, que no Brasil se encontra no menor nível já registrado (FGV, 2020).

O resultado impressionante que essa política proporcionou na população resultou em um debate de vários economistas, que defendem a continuação dessa iniciativa para pós-pandemia. Contudo, existem aqueles que divergem dessa opinião, com o principal argumento que isso afeta seriamente os cofres públicos, pois essa medida está custando cerca de R\$ 50 bilhões por mês ao governo.

Outra medida adotada pelo governo a fim de amenizar alguns dos problemas do COVID-19 foi o programa "BNDES Apoio Emergencial ao Combate da Pandemia do Corona vírus", que disponibilizou R\$ 2 bilhões visando a entrega de 3 mil novos leitos emergenciais de UTI, 15 mil respiradores, cinco mil monitores e 80 milhões de máscaras cirúrgicas, ao oferecer créditos a empresas de saúde. Essa medida certamente apresentou impactos positivos na saúde, evitando o colapso dos hospitais presentes no Brasil.

Portando, deixando de lado os atrasos para o início de implementações de medidas para combater o novo Corona vírus, observou-se que o governo federal conseguiu adotar algumas medidas interessantes, em termos econômicos, para ajudar a sociedade brasileira nesse momento tão difícil que está sendo vivenciado. Constatou-se que houveram diversas ações positivas, que certamente, sem elas, as consequências teriam sido piores.

4 – Conclusões

Por tudo isso, nota-se que as classes mais baixas, principalmente as classes D e E configuraram-se como as que mais sofrem com a pandemia. Apesar dos grandes impactos sofridos com a pandemia, com a reabertura da Economia, a taxa de desemprego vem reduzindo, e com ela as dores causadas pela pandemia, no entanto, é visível que dificuldades irão ser enfrentadas, mas com boas tomadas de decisões para auxiliar a população esses litígios poderão ser encarados mais facilmente por toda a sociedade.

5 - Referências

Crítério Brasil 2019. **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa**, 2019. Disponível em <<http://www.abep.org/criterio-brasil>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020

BERMUDÉZ, Ana Clara. REZENDE, Constança. MADEIRO, Carlos. Brasil é o 7º país mais desigual do mundo, melhor apenas do que africanos. **UOL**, 2020. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/12/09/brasil-e-o-7-mais-desigual-do-mundo-melhor-apenas-do-que-africanos.htm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Reports**, 2019. Disponível em <<http://hdr.undp.org/en/2019-report>>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

ESGOTO. **Trata Brasil**, 2020. Disponível em <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/esgoto>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

ÁGUA. **Trata Brasil**, 2020. Disponível em <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/agua>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Saneamento: marco regulatório é aprovado com meta de água potável para 99% da população até 2033. **Money Times**, 2020. Disponível em <<https://www.moneytimes.com.br/saneamento-marco-regulatorio-e-aprovado-no-senado-com-meta-de-agua-potavel-para-99-da-populacao-ate-2033/>>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

VELASCO, Clara. Raio X do saneamento no Brasil: 16% não têm água tratada e 47% não têm acesso à rede de esgoto. **G1**, 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/24/raio-x-do-saneamento-no-brasil-16percent-nao-tem-agua-tratada-e-47percent-nao-tem-acesso-a-rede-de-esgoto.ghtml>>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

JIMÉNEZ, Carla. Extrema pobreza sobe e Brasil já soma 13,5 milhões de miseráveis. **El País**, 2019. Disponível em

<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315_913111.html>.

Acesso em: 10 de agosto de 2020.

MOTA, Hermano. Classes C, D e E são as que mais compram sem necessidade motivadas por promoções. **Hermano Mota**, 2017. Disponível em

<<https://www.hermanomota.com.br/classes-c-d-e-e-sao-as-que-mais-compram-sem-necessidade-motivadas-por-promocoos/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Brasil alcança recorde de 13,5 milhões de miseráveis, aponta IBGE. **Veja**, 2019.

Disponível em <<https://veja.abril.com.br/economia/brasil-alcanca-recorde-de-135-milhoes-de-miseraveis-aponta-ibge/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

SOPRANA, Paula. Impulsionada por wi-fi, metade da classe D e E acessa a internet.

Folha de S. Paulo, 2019. Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2019/08/impulsionada-por-wifi-metade-da-classe-d-e-e-acessa-a-internet.shtml>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. **IBGE**, 2019.

Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

GIMENES, Diego. QUINTINO, Larissa. Corona vírus: 70% dos brasileiros tiveram sua renda impactada, diz pesquisa. **VEJA**, 2020. Disponível em

<<https://veja.abril.com.br/economia/coronavirus-70-dos-brasileiros-tiveram-sua-renda-impactada-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Renda de famílias pobres deve ser 20% mais afetada pelo corona vírus do que a média.

Carta Capital, 2020. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/renda-de-familias-pobres-deve-ser-20-mais-afetada-pelo-coronavirus-do-que-a-media/>>.

Acesso em: 10 de agosto de 2020.

REIS, Giovanna. TRINDADE, Eliane. Nas classes D e E, 51% perderam metade da renda ou mais na pandemia. **Folha de S. Paulo**, 2020. Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/emprededorsocial/2020/05/nas-classes-d-e-e-51-perderam-metade-da-renda-ou-mais-na-pandemia.shtml>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

MARTINS, Mônica Dias. A pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social.

CLACSO, 2020. Disponível em <<https://www.clacso.org/a-pandemia-expoe-de-forma-escancarada-a-desigualdade-social/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

De CARVALHO, André Roncaglia. De ALMEIDA, Eloiza Regina Ferreira. SOUZA, Luciana Rosa. GONÇALVES, Solange. Pandemia, pobreza e desigualdade no Brasil.

NOVOS ESTUDOS, 2020. Disponível em <<http://novosestudos.uol.com.br/pandemia-pobreza-e-desigualdade-no-brasil/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

BRANCHER, Marco Capraro. MAGACHO, Guilherme. LEÃO, Rafael. Impactos Econômicos da Crise da COVID-19 e dos programas de Renda Básica Emergencial. **FGV EAESP**, 2020. Disponível em

<<https://eaesp.fgv.br/producao-intelectual/impactos-economicos-crise-covid-19-e-programas-renda-basica-emergencial>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

DOMINGUES, Edson Paulo. CARDOSO, Débora Freire. MAGALHÃES, Aline Souza.

2020. "[Efeitos econômicos negativos da crise do Corona Vírus tendem a afetar mais](#)

a renda dos mais pobres, " Notas Técnicas Cedeplar-UFMG 003, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais.

GRAVAS, Douglas. Retomada do Brasil no pós-pandemia deve ser mais lenta que em 90% dos países. **UOL**, 2020. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/06/16/retomada-do-brasil-no-pos-covid-deve-ser-mais-lenta-que-em-90-dos-paises.htm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Folha informativa COVID-19 – Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. **OPAS**, 2020. Disponível em <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

ROUBICEK, Marcelo. Quais os efeitos do auxílio emergencial sobre renda e pobreza. **NEXO Jornal**, 2020. Disponível em <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/08/01/Quais-os-efeitos-do-aux%C3%ADlio-emergencial-sobre-renda-e-pobreza>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

NEVES, Ernesto. A pandemia expõe e agrava as desigualdades sociais no planeta. **VEJA**, 2020. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/mundo/a-pandemia-expoe-e-agrava-as-desigualdades-sociais-no-planeta/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Confira as medidas tomadas pelo Ministério da Economia em função da Covid-19. **Gov.br**, 2020. Disponível em <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/marco/confira-as-medidas-tomadas-pelo-ministerio-da-economia-em-funcao-do-covid-19-coronavirus>>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/bndes-contracoronavirus/mais-informacoes/acompanhamento-medidas-emergenciais-contracoronavirus/!ut/p/z1/rVRRU6MwEP4t99DHNCGBtNwbV6u92lo7N9qWFydAgNyVBEPaqr-AqfjeFpwVF52sux---3m28AQrmEo2V5kzAgI2daeNyG9GSzPRpPAdWYLhyC0dCYn8xNn6dDLAVw1AejIFyAYvsi_8E5t_iWdnnqU0CWG1zCEYSxNaXK4iWTCqxshKyPMLm4Y9FCuCt5DzS8QK2k0s0armqbeVT1UMFEBIVOICxYrbj3WFCWTOSu4NAoUPBEJqAvuM64jEWd8BqpJILGIoGblFDGIsTBkCUxcBOMgO8kKUA-YdQnPPIpfmy8pbPwPYNrCQjb57qq-dqQmX8-nrgLNFv8JGMUTEYzzx2fO2c-eQxowdhYDoPjPRC42gt-gFeynu0W_noeEaIYpxHzwIBiF7gkwWBliAu4x5IhthPDIMJJVwWKPlmhAx5_En7apV67HljPR_PMwjKTNzKE6yOCe1aaTRO_b2_DwErf6pDfGbj-mPa7KtkOsq2K_mlyICMytFQ1T7nmur_T1p0bU1bfe6iHDodDvynVz9S-H2nrKW2NumlTc6mE4U-MUIfZXa1ZsLegc1XZnv5HfHVfL0XvtQjuXTs57Vq6t-rg-F193iV71gZXFVDMm9AH_S-Zi4m-n-4ccFCKN78jDjK1CfrQ2-QXmvluy/dz/d5/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/

<https://economia.ig.com.br/2020-09-14/auxilio-emergencial-vai-ate-dezembro-e-muitos-ficaro-sem-parcelas-entenda.html>

<https://www.agazeta.com.br/es/economia/bolsa-familia-auxilio-emergencial-de-r-300-comeca-a-ser-pago-1020#:~:text=O%20calend%C3%A1rio%20de%20pagamento%20vai%20at%C3%A9%20o%20dia%2030%20de%20outubro&text=A%20Caixa%20Econ%C3%B4mica%20Federal%20come%C3%A7a,depositado%20no%20cart%C3%A3o%20do%20programa.>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-03/populacao-pobre-tera-dificuldades-em-isolamento-afirma>

<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/04/27/5-propostas-para-retomar-economia-apos-coronavirus.htm>